

Reavaliação do plano da Barra divide empresários

Empresários da construção civil e da indústria imobiliária se dividem com relação ao Plano Lúcio Costa. Enquanto o prefeito Júlio Coutinho cria uma comissão para reavaliar o Plano-Piloto da Barra da Tijuca, a Associação de Dirigentes de Empresas Imobiliárias, Sindicato de Construção Civil e representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil tentam uma composição para acabar com o elitismo na região.

Para o arquiteto Edson Muza, o plano pode ficar como está. Ele mora na Barra da Tijuca, constrói naquela área e acha que Lúcio Costa deu uma liberdade muito grande para o arquiteto planejar. Quanto ao pessoal de baixa renda, ele acha que só terá acesso à região se a Prefeitura assumir seus encargos de infra-estrutura.

O arquiteto Sérgio Bernardes, que mora e trabalha na Barra, acha que "a Barra não pode ser tratada como um bairro como Laranjeiras, Copacabana ou Botafogo. São 200 milhões de metros quadrados, que representam um outro Rio de Janeiro".

O vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção Civil, José Conde Caldas, assegurará que o empresariado quer colaborar, "acabando com o elitismo, discorrendo de que só grandes glebas possam ser aproveitadas e que só imóveis de alto gabarito sejam construídos, em algumas áreas."

OS AJUSTES

Sérgio Bernardes é de opinião que o Governo deveria deixar claro o que pretende da Barra. "A comissão criada para reavaliar o plano tem alguma pretensão? A idéia é obter uma economia de escala? É adequar as estruturas para melhoria de vida dos que moram na Barra? Há muitas perguntas sem resposta. Só a partir da definição da Prefeitura se terá condições de opinar. Afinal, Lúcio Costa assumiu sozinho o plano. Fez um trabalho sozinho. Isso vai ser ratificado ou retificado?"

O presidente da ADEMI, Mauro Magalhães, apóia o reestudo proposto pelo prefeito Júlio Coutinho, "mas que se mexa apenas no que for realmente necessário". Defende a necessidade de se atender ao pessoal de baixa renda na Barra, principalmente porque supermercados como o Carrefour, Macro, shopping centers em construção estão exigindo uma mão-de-obra muito grande de assalariados que precisam morar perto do trabalho. Por que não se construir para essa gente?"

Mauro lembra que já houve ajustes no Plano Lúcio Costa. "A princípio o plano previa torres muito altas, de 30 andares. Por insistência dos empresários isso foi alterado. Afinal morar muito alto não é agradável, nem é interessante sob o ponto de vista econômico."

BOM CONCEITO

Há mais de um ano não se faz novos lançamentos na Barra da Tijuca, que teve grande quantidade de imóveis estocados por mais de três anos. Segundo Mauro Magalhães, só agora alguns projetos estão se apresentando e por isso a ADEMI defende a necessidade de aprovação na forma da legislação atual, para evitar prejuízos para empresários e proprietários.

As cooperativas habitacionais, além de apoiarem a ADEMI, esperam ter garantida a área do Plano paralelo que lhes é destinado. Enquanto isso, estão construindo em larga escala em Jacarepaguá.

A Coplan - Comissão do Plano da Cidade - tem mais 30 dias de trabalho para propor e estudar sugestões. Até agora, nas discussões, o plano-piloto vem gozando de bom conceito. Edson Muza classifica-o de "plano ambicioso e aberto, por dar diretrizes para utilização do solo e se preocupar com a boa qualidade de vida dos que optarem pela Barra". Os ajustes a serem feitos ali, a seu versão, mínimos.

Mauro Magalhães acha o plano maravilhoso, no seu conteúdo, e explica: "foge do padrão de Copacabana, por exemplo, com ventilação livre. Copacabana teve roubada a sua ventilação do mar por falta de planejamento urbanístico. O que se vê é um corredor quente na Barata Ribeiro e outro na Avenida Nossa Senhora de Copacabana."